

Reduzir pobreza, meta de médio prazo

por Claudia Safatle
de Brasília

O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, enviou a todos os demais ministros do governo Itamar Franco uma cópia do programa de médio e longo prazo do governo, chamado "diretrizes para ação de governo", em que traça os caminhos que devem reger um novo modelo de desenvolvimento para o País e que tem como objetivo importante, em todos os projetos listados como prioritários, a redução da pobreza.

No documento, fica claro que os próximos dois anos ainda serão dedicados à estabilização econômica e, portanto, que será possível obter taxas modestas de crescimento — algo como 5% no biênio 1993/94. O que, confrontado com o crescimento demográfico de 3% nesse mesmo período, permitiria recuperação de 2% no PIB per capita. Isso não está escrito no texto final, mas representa uma projeção embutida nas perspectivas econômicas.

Nesse período, três setores da produção terão papel importante para dinamizar a economia: as exportações, a indústria da construção civil e a produção de alimentos.

O documento, de cinquenta páginas, é basicamente conceitual. Os ministros deverão, até a próxima semana, fazer

críticas e sugestões, e ainda na semana que vem o texto final seria submetido ao presidente da República. A forma de negociação do novo modelo de desenvolvimento é diferente das experiências passadas. O ministro do Planejamento fala em planejamento participativo e pretende levar a proposta do governo a audiências públicas no Congresso Nacional.

As ações estratégicas abarcarão a economia, a área social e a política. Num anexo estão listadas as políticas prioritárias do governo que, se avaliadas pelo debate, se transformarão em programas oficiais. Essas políticas passam pela reestruturação industrial, ciência e tecnologia, reforma do Estado, seguridade social, educação, política ambiental, desenvolvimento regional e urbano, entre diversas outras. Há uma ligação estreita entre esse plano e o de curto prazo.

Os instrumentos para financiar as políticas prioritárias são os bancos oficiais (BNDES, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, entre outros), a renúncia fiscal, os investimentos das empresas estatais e o orçamento da União.

Apenas os bancos estatais federais movimentam financiamentos da ordem de US\$ 40 bilhões, hoje. Mas são ações pulverizadas e sem uma diretriz governamental explícita.